

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF/BA

Estudo Técnico Preliminar 19/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.011611/2026-61

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo primordial descrever a necessidade e a viabilidade da Aquisição de materiais de limpeza e higiene, compreendendo saneantes domissanitários e sabonetes líquidos, para atender às demandas das Unidades da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

A UFBA, como instituição pública de ensino superior, necessita garantir condições adequadas de higiene, conservação e organização em seus diversos campi, unidades acadêmicas, administrativas e áreas de convivência.

Destaca-se que a higienização das mãos é uma das medidas mais eficazes na prevenção de doenças, sendo recomendada por autoridades sanitárias nacionais e internacionais. Assim, o sabonete líquido não se caracteriza como item supérfluo, mas como insumo básico e indispensável ao funcionamento regular das atividades administrativas e de atendimento ao público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	Juliana Araújo Dantas

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de sabonete líquido deverá atender aos requisitos técnicos, funcionais, sanitários e de qualidade abaixo especificados, visando assegurar o atendimento da necessidade administrativa com eficiência, economicidade e segurança sanitária.

Requisitos Técnicos do Produto

O sabonete líquido deverá:

- Ser indicado para higienização das mãos;
- Possuir fórmula dermatologicamente testada;
- Apresentar pH compatível com a pele humana (aproximadamente entre 5,0 e 7,0);
- Não conter substâncias abrasivas;
- Ser fornecido em embalagem lacrada, resistente e com identificação do fabricante.

Sustentabilidade

O produto deverá:

- Estar regularizado junto à autoridade sanitária competente;
- Atender às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- Possuir prazo de validade mínimo de 12 meses a contar da data da entrega;
- Conter no rótulo informações obrigatórias: composição, lote, validade, CNPJ do fabricante e instruções de uso.
- Observância às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

Requisitos de Fornecimento

- Entrega conforme cronograma estabelecido pela Administração;
- Garantia de substituição em caso de defeito, avaria ou desconformidade;
- Transporte adequado, preservando a integridade do produto.

Requisitos de Qualificação

- Comprovar regularidade fiscal e trabalhista;
- Demonstrar aptidão para fornecimento compatível com o objeto;
- Estar regularmente constituída e apta ao exercício da atividade econômica pertinente.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento da solução se deu através de ampla pesquisa de mercado e do conhecimento técnico e prático do objeto a ser contratado, através da análise da viabilidade de implementação das soluções disponíveis no mercado. De uma forma geral, esta equipe identificou, que na aquisição de SABONETE LÍQUIDO PARA ATENDER DEMANDAS DAS UNIDADES DA UFBA, pela Administração Pública predominam quatro tipos de soluções:

Solução 01: Aquisição através de Dispensa de Licitação - Conforme dispõe o artigo 75 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 é possível para dispensa para contratação de valor, para tanto está estabelecido o limite de até R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos). Diante do exposto, o procedimento não se mostra viável, pois a contratação, pela pesquisa de mercado ultrapassa, o valor do limite; além de só poder ser utilizado em caso excepcionais, o que não é o caso, visto que trata-se de uma contratação de necessidade perene.

Solução 02: Registrar Intenção de Registro de Preços junto a outro órgão na condição de participante - permite otimizar processos licitatórios, obter melhores preços e, conseqüentemente, boas oportunidades para as empresas. Entretanto, como esse procedimento é realizado no início do pregão, e haverá a realização de fases posteriores com prazos determinados até a aquisição, não se tornará viável e célere neste caso.

Solução 03: Aquisição por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços - estabelece a possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação a ser aproveitada por outros órgãos e entidades, os quais não participaram na origem da licitação. Além de ser necessário encontrar muitas atas vigentes no 3 de 20 SIASG que atendam ao quantitativo e aos diferentes itens desejados, com as especificações técnicas do objeto, o que torna esta opção não célere nem eficiente para a Administração.

Solução 04: Licitação com Sistema de Registro de Preços (SRP) - Essa é a solução mais viável, célere, vantajosa e eficiente, especialmente considerando a variedade de itens e as especificações técnicas definidas pela Universidade. A adoção do pregão eletrônico, na forma de SRP, permite atender a demandas futuras conforme necessidade, respeitando o princípio da economicidade e garantindo flexibilidade operacional.

Nos termos do art. 28, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade obrigatória para a contratação de bens como os pretendidos. O pregão eletrônico, em especial, promove maior competitividade, publicidade e transparência, com ampla participação de fornecedores em todo o território nacional. O art. 19, § 4º, da mesma lei, também incentiva a adoção do pregão eletrônico como meio de assegurar melhores resultados à Administração.

Ademais, conforme art. 9º, inciso III, alíneas “a” a “d” e art. 12 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, foram consultados os registros do Sistema ETP Digital, a fim de verificar boas práticas, soluções similares e padronizações técnicas adotadas por outros órgãos públicos. Essa análise reforçou que a utilização do pregão eletrônico tem sido a solução preponderante e mais vantajosa em casos semelhantes.

Conclusão: Diante do exposto, e com base nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, recomenda-se a realização de pregão eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços, como a solução mais adequada para atender às necessidades da Universidade Federal da Bahia.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Justificativa da Contratação

Considerando as necessidades institucionais da UFBA e a distribuição de suas unidades em Salvador, Camaçari e Vitória da Conquista, a equipe de planejamento definiu que a contratação será realizada por meio do Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

A escolha dessa modalidade se justifica pelo fato de se tratar de bens comuns, cuja contratação demanda flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão pública, especialmente para atender as demandas de acordo com as necessidades das unidades acadêmicas e administrativas da UFBA, localizadas em Salvador, Camaçari e Vitória da Conquista.

O Sistema de Registro de Preços tem como objetivo registrar os preços propostos pelos fornecedores vencedores do certame, que se comprometem a fornecer os bens e executar os serviços, quando demandados, de acordo com as condições estipuladas na Ata de Registro de Preços, cuja vigência será de até 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do SRP proporciona benefícios operacionais e econômicos relevantes para a Universidade, tais como:

- Redução da frequência de licitações, otimizando recursos humanos e materiais da Administração;
- Maior agilidade no atendimento das demandas, dado que as contratações podem ser realizadas diretamente com os fornecedores registrados na Ata, sempre que houver necessidade, até os limites quantitativos previamente licitados;
- Eficiência na gestão orçamentária e administrativa, permitindo contratações sob demanda, de acordo com a real necessidade;
- Atendimento simultâneo e coordenado das unidades da UFBA, localizadas em diferentes municípios – as demandas de material de limpeza, acondicionamento e embalagem abrangem múltiplos campi, unidades, bibliotecas, laboratórios e setores administrativos, de modo que o SRP permite a consolidação em uma única licitação, garantindo padronização e economicidade.
- Impossibilidade de definição precisa do quantitativo total a ser demandado – ainda que haja estimativas de consumo apresentadas nesse Estudo Técnico Preliminar, a demanda efetiva depende de solicitações futuras de diversas unidades, não sendo possível prever com exatidão o quantitativo que será efetivamente contratado durante a vigência da ata.

Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se plenamente compatível com o objeto e assegura maior flexibilidade, eficiência administrativa e racionalização das contratações, atendendo ao interesse público e às recomendações da legislação vigente.

6.2. Modalidade e procedimentos licitatórios

O procedimento licitatório seguirá todas as etapas do Pregão Eletrônico:

- Convocação dos interessados;
- Recebimento e análise das propostas;
- Fase de lances;
- Aceitação da proposta de menor preço;
- Verificação de habilitação do licitante;
- Manifestação sobre interposição de recursos e juízo de admissibilidade;
- Fase recursal, quando cabível;
- Adjudicação e homologação do certame

A utilização do SRP permitirá que a UFBA realize contratações diretamente com fornecedores registrados, com vigência da ata de até 12 meses, prorrogável por igual período, reduzindo a frequência de licitações e garantindo maior agilidade e eficiência na execução das demandas.

6.3. Justificativas Técnicas e Legais das Exigências

A inclusão dos critérios de sustentabilidade, ambientais e de conformidade técnica detalhados no presente Estudo Técnico Preliminar é fundamental, conforme a legislação vigente e as diretrizes de governança e gestão da Administração Pública Federal. Esses requisitos visam assegurar não apenas a economicidade e a eficiência da contratação, mas também a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, a segurança e saúde dos usuários e a qualidade dos bens adquiridos, em estrita consonância com os princípios da legalidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Critérios de Sustentabilidade Ambiental

Foram observados os princípios e diretrizes da sustentabilidade ambiental previstos no art. 11, inciso IV, e no art. 25, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, bem como as orientações contidas na Instrução Normativa nº 10/2012 – SLTI/MPOG, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade nas aquisições públicas.

No âmbito desta contratação, foram incorporados critérios voltados à redução de impactos ambientais e à promoção do consumo responsável de recursos, tais como:

- Priorização de produtos biodegradáveis e com menor potencial de agressão ao meio ambiente, especialmente no caso dos materiais de limpeza;
- Preferência por embalagens recicláveis, retornáveis ou fabricadas com material reciclado, observando-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Incentivo à eficiência no uso de insumos e redução do desperdício, mediante padronização de quantidades e especificações adequadas à demanda estimada da Instituição;

- Estimulo à logística reversa, especialmente para materiais cuja destinação adequada contribua para a minimização de impactos ambientais.

A adoção desses critérios visa fomentar práticas sustentáveis no âmbito da Universidade Federal da Bahia, contribuir para o cumprimento dos compromissos institucionais com a agenda ambiental e promover a responsabilidade socioambiental nas contratações públicas.

No mesmo sentido, a Administração Pública deve pautar suas contratações pelo princípio da sustentabilidade e pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em consonância com o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de considerar aspectos ambientais, sociais e econômicos em suas aquisições.

O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU), orienta que os órgãos públicos exijam comprovações de regularidade ambiental dos fabricantes. Em especial, para produtos que deverão ser previamente notificados/registrados na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

A referida medida reforça o compromisso institucional da UFBA com a redução de impactos ambientais, o uso racional de recursos naturais e a logística reversa de resíduos.

Atendimento ao Princípio da Padronização

A presente contratação observa o Princípio da Padronização, previsto no art. 20, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar uniformidade, racionalização e economicidade na aquisição de materiais de limpeza, acondicionamento e embalagem pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

A definição dos itens e especificações técnicas foi realizada com base em critérios de qualidade, desempenho e compatibilidade, de modo a atender de forma adequada às necessidades das diversas unidades da Universidade, garantindo a homogeneidade dos produtos adquiridos e a otimização dos processos de gestão de estoque e distribuição.

A padronização adotada contribui para o controle e a eficiência administrativa, evitando a multiplicidade de marcas, tipos e embalagens que possam dificultar o armazenamento, a logística interna e a reposição dos materiais. Além disso, possibilita melhores condições de negociação com fornecedores, reduzindo custos e promovendo maior transparência e comparabilidade entre as propostas apresentadas no certame.

Dessa forma, a padronização dos materiais a serem adquiridos assegura coerência técnica, qualidade uniforme e economia de escala, atendendo de maneira plena ao interesse público e aos princípios da eficiência e economicidade que regem as contratações públicas.

Proporcionalidade e Legalidade das Exigências

As exigências aqui descritas não comprometem a isonomia ou a competitividade do certame, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), expresso no Enunciado de Decisão nº 351, segundo o qual “a proibição de cláusulas ou condições restritivas do caráter competitivo da licitação não constitui óbice a que a Administração estabeleça requisitos mínimos considerados necessários à garantia da execução do contrato, à segurança e perfeição da obra ou do serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público”.

Dessa forma, as exigências de sustentabilidade, padronização e conformidade técnica são plenamente justificadas, proporcionais e adequadas ao interesse público, garantindo que a contratação pela UFBA resulte na aquisição de bens duráveis, seguros, ergonômicos, ambientalmente corretos e tecnicamente conformes às normas vigentes.

6.4. Exigências

Amostra:

Não será necessária a entrega de amostras.

Justificativa para não solicitar garantia contratual:

- Bens comuns: Os itens da contratação (material de limpeza, acondicionamento e embalagem) são de padrão usual de mercado com especificações objetivas, facilmente comparáveis entre fornecedores, o que caracteriza bens comuns, conforme previsto na Lei 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES /ME nº 58/2022.

- Evita oneração e estimula competitividade: Solicitar garantia contratual oneraria o certame e poderia reduzir a competitividade, restringindo fornecedores. Conforme os princípios da economicidade e razoabilidade, deve-se evitar exigências desnecessárias que elevem preços ou retirem potenciais competidores.

Justificativa da adoção do IPCA/IBGE para correção monetária:

- **Revisão legal atualizada:** A Lei nº 14.905/2024, que alterou o Código Civil, estabelece que, na ausência de índice expressamente previsto no contrato ou em lei específica, o índice padrão a ser aplicado deverá ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

- **Segurança jurídica e previsibilidade:** Essa padronização legal visa conferir clareza e segurança jurídica, evitando divergências que gerem litígios e auxiliando na gestão contratual;

- **Alinhamento com a inflação oficial:** O IPCA é o índice oficial de inflação do Brasil, elaborado pelo IBGE para medir a variação de preços ao consumidor final. Por refletir diretamente o custo de vida urbano, é adequado para manter o equilíbrio econômico-financeiro da contratação;
- **Mais estabilidade e menos volatilidade:** Diferente do IGPM, o IPCA tem menor sensibilidade às oscilações de câmbio e às variações extremas de preços no atacado, tornando-se mais estável e previsível para contratos;
- **Conformidade com licitações e contratos administrativos:** O TCU e a Lei nº 14.133/21 exigem que o índice reflita a variação efetiva.

Justificativa sobre a garantia do objeto:

A garantia do objeto será regulada pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

A previsão de cláusulas específicas sobre garantia do objeto justifica-se pela necessidade de assegurar a durabilidade, funcionalidade e segurança dos bens adquiridos pela Universidade Federal da Bahia, em consonância com o princípio da eficiência e com a boa gestão dos recursos públicos.

O prazo de garantia amparado no Código de Defesa do Consumidor visa proteger a Administração de eventuais vícios ou defeitos nos produtos fornecidos, garantindo que estes atendam integralmente às especificações do edital e mantenham-se em perfeitas condições de uso durante o período contratual.

O estabelecimento de prazos máximos para reparo ou substituição, bem como a possibilidade de reembolso dos custos caso a contratada não atenda à solicitação no tempo estipulado, busca garantir a celeridade na solução de falhas e a responsabilização do fornecedor, em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Por fim, a atribuição ao contratado da responsabilidade pelo transporte dos bens durante o período de garantia evita que a Administração arque com custos adicionais indevidos e assegura que o fornecedor mantenha a integridade do produto até a efetiva correção do defeito ou substituição do item.

6.5. Requisitos para Julgamento das Propostas:

Sob pena de desclassificação, a proposta deverá:

- Descrever de forma clara e individualizada as características reais dos bens e serviços ofertados (marca, modelo, descrição técnica e quantidade);
- Apresentar catálogos/folders dos itens previstos no Termo de Referência, contendo a imagem do objeto e sua descrição completa, sob pena de desclassificação da proposta;
- Não se limitar à reprodução do texto constante no edital, sob pena de não atendimento ao critério de exequibilidade. O simples fato de “COPIAR” e “COLAR” o descritivo contido no edital não será caracterizado como descritivo da proposta.

6.6. Condições de Execução:

A entrega do material deverá ser realizada em quaisquer andares ou setores da Universidade, cabendo à contratada adotar todos os meios necessários para que ela aconteça — inclusive o uso de escadas, elevadores ou andaimes, quando aplicável —, sem ônus adicional para a Administração. Todos os custos de deslocamento de pessoal, transporte, e demais encargos correlatos serão integralmente de responsabilidade da contratada. O fornecimento dos itens ocorrerá de forma parcelada, conforme as demandas e instruções constantes nas Notas de Empenho, observando-se rigorosamente os prazos e condições estabelecidos pela Administração, em quaisquer das unidades seja ela em Salvador, Vitória da Conquista ou Camaçari.

6.7. Execução e Entrega dos Itens:

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante emissão de Nota de Empenho, com fornecimento imediato e integral, sem parcelamento, obedecendo aos seguintes critérios:

- Prazo de entrega: 10 dias úteis após a emissão da Nota de Empenho e notificação do fornecedor;
- Correções em caso de não conformidade: prazo máximo de 7 dias após notificação;
- Garantia: conforme previsão do Código de Defesa do Consumidor ou superior, caso seja fornecida pela empresa.

O regime de fornecimento será de entrega imediata e integral, nos termos do art. 6º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021. Isso significa que, sempre que houver a emissão de Nota de Empenho, o fornecedor deverá realizar a entrega completa dos bens dentro do prazo estabelecido, sem parcelamento e sem obrigações futuras.

6.8. Benefícios da solução:

A adoção desta solução proporciona:

- Redução da frequência de licitações e otimização de recursos administrativos;
- Maior agilidade no atendimento das demandas;
- Eficiência na gestão orçamentária e administrativa, com contratações sob demanda;

- Atendimento coordenado das unidades da UFBA em diferentes municípios;
- Segurança quanto ao cumprimento de prazos, qualidade e garantia dos materiais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Metodologia utilizada:

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida por meio de metodologia que combina o planejamento consolidado das unidades da UFBA, com base nos registros do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), no âmbito do Plano de Contratação Anual (PCA), e a análise de dados históricos e paramétricos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do Parecer Referencial nº 00006 /2025/GERTEC/ELIC/PGF/AGU, atendendo ao disposto no art. 40, inciso III, que exige a adoção de técnicas quantitativas adequadas.

Base primária - Consolidação das demandas institucionais (SIPAC/PCA):

Os quantitativos estimados decorrem da consolidação das requisições formalmente registradas pelas unidades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal da Bahia no SIPAC, como parte do PCA. Cada item do certame representa a soma das necessidades efetivamente declaradas pelas unidades demandantes, incluindo setores administrativos, unidades acadêmicas, bibliotecas, laboratórios e demais áreas institucionais.

A consolidação centralizada, realizada pela Coordenação de Material e Patrimônio (CMP), permite a transformação de demandas pulverizadas em um único procedimento licitatório, assegurando economia de escala (art. 23 da Lei nº 14.133/2021) e observância à vedação ao fracionamento indevido da despesa.

Validação técnica e análise paramétrica dos quantitativos:

Embora a consolidação das demandas no PCA constitua a base da estimativa, os quantitativos foram submetidos a validação técnica complementar, mediante a aplicação de técnicas quantitativas, em atendimento às orientações da AGU, notadamente:

- Análise de consumo histórico, com comparação entre as quantidades solicitadas pelas unidades e o histórico de fornecimento de materiais de expediente em contratações anteriores de objeto similar;
- Análise paramétrica, considerando variáveis diretamente relacionadas à natureza do consumo, tais como:
 - Número de unidades administrativas e acadêmicas atendidas;
 - Quantidade estimada de servidores, docentes, técnicos, estudantes e demais usuários;
 - Caráter recorrente do consumo de materiais de expediente;
 - Padrões de uso, reposição e descarte dos materiais, conforme a tipologia e a finalidade de cada item.

Relação entre estimativa de quantidades e adoção do SRP:

Ressalta-se que, embora os quantitativos tenham sido estimados com base em critérios técnicos e dados consolidados, a demanda efetiva apresenta variação ao longo do tempo, em razão da diversidade de unidades atendidas, da dinâmica das atividades acadêmicas e administrativas e de fatores operacionais imprevisíveis.

Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se plenamente adequada e compatível com a estimativa realizada, nos termos do art. 3º, caput, incisos I, II e V, do Decreto nº 11.462/2023, considerando que:

- Há necessidade de contratações frequentes, em razão do consumo dos materiais pelas unidades da UFBA;
- Verifica-se pluralidade de unidades demandantes, distribuídas em diferentes campi e municípios;
- A demanda apresenta imprevisibilidade quanto aos quantitativos efetivamente consumidos, tornando inviável a definição exata do volume a ser contratado durante a vigência da ata.

Assim, os quantitativos estimados devem ser compreendidos como referenciais máximos, destinados a subsidiar a licitação, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração.

Conclusão sobre os quantitativos estimados:

Diante do exposto, conclui-se que os quantitativos estimados:

- Refletem a demanda real e formalmente registrada pelas unidades da UFBA no SIPAC;
- Foram validados por análise de consumo histórico e parâmetros objetivos, compatíveis com bens de consumo de uso contínuo;
- Estão coerentes com a adoção do Sistema de Registro de Preços, diante da imprevisibilidade da demanda;

- Atendem integralmente ao art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, às disposições do Decreto nº 11.462/2023 e às recomendações da Advocacia-Geral da União, conferindo segurança técnica, jurídica e administrativa à contratação.

Segue abaixo tabela com os quantitativos dos itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	SIPAC / CATMAT OU CATSER	QUANT. TOTAL	MÉTODO UTILIZADO	PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	DETERGENTE ENZIMÁTICO, COMPOSIÇÃO: A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE Detergente Enzimático, Composição: A Base De Amilase, Protease, Lipase E Carboidrase.	3022000000543 / 328078	90	MÉDIA	R\$34,33	R\$ 3.089,70
2	SABÃO EM PÓ PARA ROUPAS E LIMPEZA GERAL 800G Sabão Pó; Aplicação: Limpeza Geral; Aspecto Físico: Pó; Características Adicionais: Biodegradável. ADENDO: Detergente/Sabão em pó de alta eficiência, indicado primariamente pa roupas (brancas e coloridas) e também para limpeza geral. Formulado com tensoativos biodegradáveis e enzimas ativas de limpeza (fórmula com ativo concentrado) para alta perfo de manchas. Acondicionado obrigatoriamente em embalagem	3022000000567 / 324827	48	MÉDIA	R\$15,14	R\$ 726,72

	(saco plástico ou caixa cartonada) contendo o peso líquido exato de 800g (padrão atual de mercado)					
3	SABÃO GELEIA - LIMPEZA GERAL Desengraxante. Aspecto Físico: Gel. Composição: Lauril Éter, Sulfato De Sódio, Espessante, Ricinol Características Adicionais: Solúvel Em Água Aplicação: Limpeza De Superfícies AD GELEIA PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES COM AROMA PINHO OU LAVANDA. GALÃO DE 05 LITROS	3022000000568 / 459722	400	MEDIANA	R\$25,00	R\$ 10.000,00
4	SABONETE LIQUIDO ANTISSEPTICO TRICLOSAN 5L Sabonete Líquido; Aspecto Físico: Líquido Viscoso; Acidez: Ph 6 A 8; Aplicação: Assepsia Das Mãos; Características Adicionais: Agente Bactericida; Composição: Tensoativos Aniônico Solvente. ADENDO: Sabonete líquido antisséptico e bactericida para higienização e assepsia profissional das mãos. Formulado com princípio ativo antimicrobiano de amplo espectro Digluconato de Clorexidina ou	3022000000483 / 463131	12	MÉDIA	R\$50,21	R\$ 602,52

	equivalente com eficácia comprovada). pH neutro/fisiológico (entre 6,0 e 8,0). Deve conter agentes emolientes /hidratantes (ex: glicerina ou aloe vera ressecamento da pele com o uso frequente. Produto pronto para uso, aspecto líquido viscoso (não ralo). Acondicionamento: Galão (bombona) plástico de 5 Litros. O produto deve p Registro /Notificação válido na ANVISA.					
5	SABONETE LÍQUIDO, AROMA SUAVE, 1L Sabonete líquido, aspecto físico: líquido perfumado, aplicação: saboneteira para sabonetes líquidos, características adicionais: pronto uso, aroma: suave. FRASCO 1 L.	30220000000039 / 253197	12720	MÉDIA	R\$6,24	79372,8
	SAPONÁCEO CREMOSO MULTIUSO 450ML /500ML Saponáceo; Composição: Tensoativos Anionico E Nao-Anionico, Espessante; Aplicação: Limpeza Pisos, Paredes E Louças; Características Adicionais:					

6	<p>Componente Ativo Biodegradave Alquibenzeno; Aspecto Físico: Cremoso. ADENDO: Limpador saponáceo multiuso de aspecto cremoso, formulado com micropartículas de limpeza (mineral abrasivo suave) que garan sujeiras difíceis e gorduras sem riscar as superfícies. Indicado para a limpeza segura de pias, bancadas, aço inox, louças sanitárias, cerâmicas, esmaltados e plásticos. Produto biod Acondicionado em frasco plástico prático tipo "squeeze" (que facilita a dosagem) com tampa flip-top, contendo volume /peso líquido entre 450ml a 500ml (ou 450g a 500g). Fragrân original, limão ou camomila).</p>	3022000000210 / 252683	48	MÉDIA	R\$12,89	R\$ 618,72
	<p>SAPONÁCEO PÓ 300G Saponáceo; Composição: Tensoativos Aniônicos, Alcalinizantes, Agente; Aplicação: Limpeza Pisos, Paredes E Louças; Características Adicionais: Biodegradável; Aspecto Físico: Pó. A saponáceo em pó (agente abrasivo) de alto poder desengordurante, indicado para limpeza pesada e remoção de sujeiras difíceis e</p>					

7	incrustações em pisos, azulejos, mármore, grani e metais. Composição contendo tensoativos aniônicos e mineral abrasivo. Produto biodegradável. Acondicionado obrigatoriamente em frasco plástico tubular/rígido com tampa dosadora (pronto para polvilhar), contendo peso líquido entre 250g a 300g. Fragrância padrão de mercado (ex: clássica, limão, pinho ou campestre).	3022000000201 / 241703	48	MÉDIA	R\$4,32	R\$ 207,36
					VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 94.617,82

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 94.617,82

8.1. Valor Total Estimado:

O custo total máximo estimado para a presente contratação é de R\$ 94.617,82 (noventa e quatro mil, seiscentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos).

A definição deste valor observou rigorosamente o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como a metodologia prevista na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, em conformidade com as orientações constantes do Parecer Referencial nº 00006/2025/GERTEC/ELIC/PGF/AGU.

O detalhamento da pesquisa de preços estará formalizado nos autos, compreendendo:

- Relatório de Pesquisa de Preços, que evidencia as fontes consultadas;
- Mapa de Preços, que apresenta a metodologia de cálculo aplicada a cada item.

Dessa forma, atenderão as exigências de formalização estabelecidas no art. 3º da IN 65/2021.

8.2. Parâmetros da Pesquisa de Preços (Art. 5º da IN 65/2021):

- Análise dos parâmetros prioritários (inciso I):

A IN nº 65/2021 estabelece como prioritários os parâmetros dos incisos I (Painel de Preços) e II (contratações públicas similares).

Contudo, o uso do Painel de Preços foi descartado, em razão do Comunicado nº 30/2025 do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), que informou a desatualização dos dados da ferramenta, comprometendo a fidedignidade das informações e inviabilizando sua utilização como parâmetro seguro .

- Parâmetros efetivamente utilizados (incisos II e III):

Diante da impossibilidade justificada de utilização do inciso I, a pesquisa de preços será fundamentada na combinação dos incisos II e III, conforme será detalhado no Mapa de Preços:

- Inciso II – Contratações públicas similares (parâmetro principal):

Serão analisados contratos e atas de registro de preços vigentes ou recentes de outros entes públicos. Conforme orientações do Parecer Referencial da AGU, a plataforma Banco de Preços será utilizada exclusivamente como ferramenta de busca, permitindo a identificação das fontes primárias. O Relatório de Cotação comprovará a origem dos dados, atendendo às exigências legais.

- Inciso III – Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo:

Utilizado de forma complementar, nos casos em que as contratações públicas similares não forneceram número suficiente de cotações válidas. Foram considerados preços divulgados em sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo, observando-se critérios de atualidade, compatibilidade com o objeto licitado e transparência da fonte, em conformidade com o art. 5º, inciso III, da IN SEGES/ME nº 65/2021 e com as orientações do Parecer Referencial da AGU.

Método de cálculo e tratamento dos dados (Art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021):

- Após a coleta das cotações, será realizada análise crítica dos preços, com exclusão de valores inconsistentes, inexequíveis ou manifestamente elevados;

- Para definição do valor estimado final, será adotada a metodologia híbrida, conforme permitido pela IN nº 65/2021:

Média aritmética, aplicada como regra geral à maioria dos itens, a partir dos preços válidos;

- A Pesquisa, para cada item, obterá de no mínimo três cotações válidas, assegurando maior confiabilidade e representatividade dos valores estimados.

8.4. Adequação Orçamentária:

Nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, informa-se que a despesa objeto da contratação é classificada como atividade (custeio) e encontra-se compatível com o planejamento orçamentário da Administração. Por se tratar de licitação processada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), a indicação da dotação orçamentária será exigida apenas no momento da emissão da respectiva nota de empenho, quando da formalização do contrato ou do instrumento substituto, conforme dispensa prevista no art. 17 do Decreto nº 11.462/2023 e nas orientações do Parecer Referencial aplicável.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A adjudicação do pregão eletrônico - SRP - será por item, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável, conforme indicado pela Lei nº 14.133/21.

Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

Assim, a divisão do objeto em itens permite o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, promovendo a economicidade e ampliando a competição, evitando a concentração de mercado.

Ademais, a estrutura física para recebimento e armazenamento dos materiais já está adequada para acomodar os diferentes tipos de produtos, garantindo a integridade e a qualidade até o seu uso final. A gestão de estoque modular, baseada na demanda e no consumo previsto, também suporta o parcelamento, permitindo entregas escalonadas que se alinham com as necessidades operacionais e acadêmicas da universidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

I) ID PCA no PNCP: 15180714000104-0-000002/2026

II) Data de publicação no PNCP: 09/04/2025

III) Id do item no PCA: 187

IV) Classe/Grupo: 8520 - SABONETES, ARTIGOS PARA BARBEAR E DENTIFRÍCIOS

V) Identificador da Futura Contratação: 153038-76/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de materiais de limpeza, acondicionamento e embalagem proporcionará diversos benefícios à Universidade Federal da Bahia, entre os quais se destacam:

1. **Garantia de ambientes adequados e salubres** – assegurando condições de higiene e limpeza nos espaços acadêmicos, administrativos e de convivência, o que contribui diretamente para a saúde e bem-estar da comunidade universitária.
2. **Preservação do patrimônio público** – a correta conservação e manutenção dos espaços físicos prolonga a vida útil das instalações e equipamentos, reduzindo custos com reparos e reformas.
3. **Cumprimento de normas sanitárias, ambientais e de segurança** – por meio do uso adequado de materiais que viabilizam tanto a limpeza quanto o correto acondicionamento e descarte dos resíduos.
4. **Apoio às atividades acadêmicas e administrativas** – oferecendo condições estruturais adequadas para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, sem prejuízos decorrentes de ambientes insalubres ou desorganizados.
5. **Eficiência operacional** – ao garantir estoque adequado de materiais de uso contínuo, evita-se a interrupção de rotinas de limpeza, coleta e descarte, permitindo maior fluidez nos serviços prestados.
6. **Valorização da imagem institucional** – a manutenção de ambientes limpos, organizados e bem-cuidados contribui para a boa percepção da universidade por parte de estudantes, servidores, parceiros e visitantes.

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição e utilização de materiais de limpeza, acondicionamento e embalagem podem gerar impactos ambientais que devem ser considerados:

1. **Geração de resíduos sólidos** – decorrente do descarte de embalagens plásticas, frascos, sacos e outros materiais de uso único.
2. **Uso de substâncias químicas** – alguns produtos de limpeza podem conter componentes nocivos, que, se descartados de forma inadequada, podem contaminar o solo e a água.
3. **Consumo de recursos naturais** – a fabricação desses materiais envolve a utilização de matérias-primas, energia e água, impactando cadeias produtivas e o meio ambiente.
4. **Emissão de gases poluentes** – processos industriais de produção, transporte e descarte podem contribuir para a emissão de gases de efeito estufa.
5. **Risco de contaminação** – o descarte incorreto de produtos químicos pode afetar a fauna, a flora e a saúde humana.

Por outro lado, tais impactos podem ser minimizados por meio da aquisição responsável e do uso sustentável dos produtos, priorizando fornecedores que adotem práticas de sustentabilidade, embalagens recicláveis, produtos biodegradáveis e que cumpram a legislação ambiental vigente, além da implementação de ações de educação ambiental voltadas para o consumo consciente dentro da universidade.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após todas as considerações registradas nos itens anteriores, a Equipe de Planejamento considera viável a presente contratação, tendo em vista a essencialidade da demanda, a natureza comum dos itens, a existência de oferta suficiente no mercado fornecedor e o fato de a solução proposta estar devidamente fundamentada nos normativos que regem a matéria, assegurando, assim, a legalidade, a eficiência e o atendimento ao interesse público.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade e necessidade da contratação, a ser realizada por meio de Pregão Eletrônico na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), por se tratar da solução mais vantajosa para a Administração, assegurando economicidade, eficiência, sustentabilidade institucional da Universidade Federal da Bahia.

Ademais, em atenção ao disposto no artigo 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, no que tange à necessidade de classificação nos termos da Lei nº 12.527, de 15 de novembro de 2011, avalia-se que os documentos pertencentes ao presente processo licitatório não se enquadram como sigilosos. Assim as informações nele contidas não necessitam de classificação e estarão disponíveis para consulta tão logo que o edital seja publicado.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FLAMILSON JESUS FRIDMANN

Equipe de Planejamento

NICOLLE GIUDICE BRITO

Equipe de Planejamento



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP N° 14/2026 - CMP/PROAD (12.01.10)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 20/03/2026 16:50)

FLAMILSON JESUS FRIDMANN

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

NUCOM/CMP (12.01.10.02)

Matrícula: ###980#4

(Assinado eletronicamente em 30/03/2026 11:09)

NICOLLE GIUDICE BRITO

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

NUCOM/CMP (12.01.10.02)

Matrícula: ###678#2

Visualize o documento original em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **14**, ano: **2026**,
tipo: **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP**, data de emissão: **20/03/2026** e o código de verificação:
8d2a3b3c32